

EDUCAÇÃO, NOVA SOCIABILIDADE E ESTADO: O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO DA BURGUESIA INDUSTRIAL

Mário Luiz de Souza¹

RESUMO

O objetivo desse trabalho é demonstrar os dados e as reflexões preliminares de uma pesquisa, que estamos desenvolvendo para a defesa de tese no curso de doutorado, referente ao projeto de educação escolar presente nos artigos dos representantes do empresariado industrial, publicados no jornal *Folha de São Paulo* no período do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), tendo como foco a formação de um novo trabalhador e a resolução dos problemas sociais do país, por meio da ação concreta e orgânica do tripé: empresa privada, terceiro setor e o Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, empresariado, formação.

ABSTRAT

This work objective is demonstrate the basis and the preliminary reflections of a research, that we are developing to the thesis defense in the doctorship, referring to the school educational project present in the articles of the industrial entrepreneurs representatives, published in the *Folha de São Paulo* journal during the second government of the president Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) and the first government of the president Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), having as focus the formation of a new worker and the resolution of the social problems in the country, by the concrete action and organic of the tripod: private company, third sector and State.

KEY WORDS: Education, entrepreneurs, formation.

Na pesquisa que estamos desenvolvendo sobre o pensamento educacional do empresariado industrial, presente nos artigos publicados pelos representantes dessa fração da burguesia brasileira², no jornal *Folha de São Paulo*, no período de 1999-2006, fazemos uso de três procedimentos metodológicos. Primeiro, incorporamos ao campo de estudo todos os artigos publicados no jornal pelos representantes do setor industrial, independente desses trabalharem, ou não, com a questão educacional, perfazendo um total de 196 textos³. Depois,

¹ Doutorando da Faculdade de educação da Universidade Federal Fluminense e professor de História do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ. E-mail: maraols@uol.com.br.

² Denominamos por artigos dos representantes do empresariado industrial. os textos escritos por empresários, funcionários de empresas ou membros de entidades representativas do setor empresarial que possuem uma coluna periódica nesse jornal ou são convidados pela direção da *Folha* a expressar suas opiniões através de seus escritos, sobre um tema de interesse público. Excluimos, portanto, os artigos com fins de propaganda comercial.

³ Os dados e as reflexões da pesquisa são colocadas como preliminares, porque falta incorporar no universo de análise os artigos de Antônio Ermírio de Moraes e de Benjamin Steinbruch. Mesmo assim, cremos que os artigos trabalhados fornecem uma visão consistente do pensamento educacional do setor industrial, uma vez que são assinados por destacados representantes desse setor, como será demonstrado no transcorrer desse

após uma primeira análise sobre esses 196 textos, selecionamos e trabalhamos aqueles cuja temática se enquadrava em três categorias⁴ que forneceriam uma melhor condição para se verificar o projeto societário do setor industrial publicizado nas folhas da *Folha*, constituindo um conjunto de 149 artigos, sendo 100 na categoria crescimento econômico, 40 na categoria problemas sociais e 9 na categoria emprego. E por fim, sobre esses 149 artigos, estabelecemos uma análise sobre os textos onde a educação aparece enquanto discussão maior do texto ou subordinada ao tema central, compondo o conjunto de 89 textos que formam, até o momento, o quadro de nossas principais fontes, com: 42 artigos inseridos na categoria crescimento econômico; 40 na categoria problemas sociais; e 7 na categoria emprego.

Esses procedimentos possibilitam o enriquecimento da nossa pesquisa nas mais diferentes perspectivas, como na comparação entre a presença da discussão educacional no discurso dos representantes do setor industrial, em relação a outros temas que esses buscam obter o consenso na sociedade civil e na sociedade política⁵, tentando inseri-las na agenda de ação do Estado, como fatores essenciais para o desenvolvimento das empresas e do país. E, de vital importância para nosso trabalho, estabelecer a mediação entre as propostas educacionais encaminhadas, com o projeto societário e as especificidades dos interesses dessa fração de classe do empresarial brasileira, presentes nos artigos publicados na *Folha*.

EDUCAÇÃO E EMPREGO

Nos sete artigos dos representantes do setor industrial onde a educação aparece inserida na discussão sobre o emprego, há uma constante tentativa de criar um consenso de

trabalho, e pelo fato de 87,75% desses textos serem de autoria de presidentes e membros da diretoria de entidades como: Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 95 textos; Confederação Nacional das Indústrias, 17 textos; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 4 textos; Ação Empresarial, 7 textos; Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, 6 textos; Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 1 texto; Instituto Ayrton Senna, 5 textos; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 30 textos; Fundação Odebrecht, 6 textos; e Sociedade Brasileira Pró-inovação Tecnológica Protec, 10 textos.

⁴ Crescimento econômico, artigos cuja temática central versam sobre o desenvolvimento das empresas ou do país, com ênfase nas políticas públicas, visando a elevação das taxas de crescimento econômico, de sua produtividade e de seus negócios. Problemas sociais, artigos que abordam as mazelas sociais que historicamente estão presentes na sociedade brasileira, como concentração de renda, pobreza, miséria, violência, analfabetismo. Emprego, textos onde se encontram observações a respeito da geração de vagas no mercado de trabalho, o combate ao desemprego e as condições para os trabalhadores disputarem os postos de trabalho oferecidos.

⁵ Utilizando o conceito de Gramsci, a sociedade civil seria formada pelos “organismos chamados de privados”, como sindicatos, ONGS, órgãos representativos de classes e associações, onde se exerce uma ação política consciente buscando determinados fins; enquanto a sociedade política seria o “Estado em sentido restrito”, formado pelo aparelho burocrático, jurídico e policial-militar do Estado: “Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que se pode se chamar de “sociedade civil” (isto é o conjunto de organismo comumente chamados de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado ou no governo “jurídico”. Ver: GRAMSCI, 1991, p:10 e 11.

que apenas com a adoção de uma política econômica voltada para o desenvolvimento do setor produtivo, pelo aprofundamento das reformas neoliberais e pela modificação na educação escolar brasileira, se constituiria as bases econômicas e sociais para o enfrentamento do problema do desemprego. Nesse caso, as duas primeiras são defendidas como o caminho natural para geração do aumento da oferta de vagas de trabalho, enquanto a última seria a única forma do indivíduo trilhar o espaço que separa o desemprego do emprego.

Com uma importância atestada pelo fato de estar presente em sete dos nove artigos do setor industrial que abordam a questão do emprego, sobre a educação escolar repousa todo um conjunto de argumentos definindo a formação escolar como o componente imprescindível para o indivíduo almejar uma vaga no concorrido mercado de trabalho. Essa concepção é apresentada como um resultado natural da inserção dos novos processos produtivos e das novas formas de gestão das empresas, promovida pelos avanços tecnológicos e a globalização, pois somente aquele detenha os novos conhecimentos e competências exigidas no local de trabalho, terá condições de pleitear uma vaga no concorrido mercado de trabalho. Em outras palavras, os representantes do setor industrial, ao imputar a educação como fator fundamental para o embate a questão do emprego, desenham seu discurso na lógica da empregabilidade, tendo por princípio a relação trabalho e educação sob a égide do capital.

Na verdade, esse princípio ordenador da perspectiva educacional sob a ótica da empregabilidade, não é uma novidade presente no pensamento educacional do setor empresarial divulgado na grande imprensa. Os resultados de uma pesquisa que realizamos sobre a abordagem presente nos artigos e nos editoriais da *Folha*, sobre as reformas educacionais neoliberais propostas pelo primeiro governo FHC⁶, demonstram que o setor industrial há muito vem buscando legitimar uma proposta educacional sob a lógica da empregabilidade. Contudo, mesmo reforçando essa tendência, os elementos empíricos levantados na atual pesquisa estão apontando uma mudança nessa abordagem, com um discurso que não se prende apenas a questão da formação de uma força de trabalho com os conhecimentos e as competências pedidas. Mais do que isso, busca legitimar a formação de um trabalhador de novo tipo, regido por uma nova sociabilidade⁷, contendo uma nova

⁶ Ver: SOUZA (2002).

⁷ Essa nova sociabilidade surge no processo de conformar uma ação social na classe trabalhadora, na classe dirigente e na classe burguesa que de sustentação as novas necessidades no mundo do trabalho, sob égide burguesa, calcada da formação de um novo trabalhador, de um novo empresário e de uma nova ética no tratamento das questões sociais, no qual se tem como princípio o voluntariado, a responsabilidade social da empresa, a cidadania empresarial e a relação orgânica entre Estado, setor privado e setor privado sem fins lucrativos no embate da questão social. Seria um processo inserido na nova pedagogia da hegemonia que Lúcia Neves defende como um dos principais aspectos do novo bloco histórico que se estabelece a nível mundial e no Brasil, que em linhas gerais podemos citar que busca: reduzir os interesses da participação da

concepção de trabalho e trabalhado. Para ilustrar esse fato, teceremos algumas linhas sobre essas idéias contidas nos artigos de Emílio Odebrecht.

Defensor das reformas, de uma política de diminuição das altas taxas de juros e da implantação de políticas públicas para incentivar a atuação das empresas nacionais no mercado externo, esse industrial publica dois artigos onde há uma síntese dessas propostas. Num desses textos, por exemplo, começa decretando que vivemos o fim da era do emprego e que a idéia de um trabalho fixo e estável passa a fazer parte do passado da humanidade: “[...] o que temos e teremos no futuro são oportunidades de trabalho e de geração de renda, porque a era do emprego, de fato, acabou” (ODEBRECHT, 2005:2). Em contraposição, defende que na era do conhecimento, o empreendedorismo será uma das características centrais daquele que almeja um lugar no mercado de trabalho:

Assim, se a era do emprego acabou, a era do empreendedorismo chegou para ficar, porque estão criadas as bases para o florescimento de um ciclo histórico em que deve prevalecer a consciência da oferta - os saberes e fazeres de cada indivíduo servindo a quem deles precisa - sobre a visão da demanda, que é a espera passiva pelo surgimento das vagas no mercado de trabalho. (ODEBRECHT, 2005: 2)

Ao decretar a era do empreendedorismo, esse industrial sustenta que as relações formais de trabalho continuarão a subsistir em algumas empresas, inclusive no ramo industrial. Mas destaca que será cada vez mais requisitado o trabalhador que tenha determinadas competências, obtidas através de um processo educacional efetivo, onde se privilegie a capacidade de inovação, a formação de novas idéias, os conhecimentos específicos para os negócios, a inspiração, a capacidade de superação, a intuição e sobretudo: “[...] que tenha visão do futuro e do todo e que aprenda, disciplinadamente, a ver antes e ver longe” (ODEBRECHT, 2005: 2).

Noutro artigo, tendo como foco a preparação educacional dos jovens, Emílio Odebrecht (2006) prega que os futuros jovens trabalhadores tem que ser educados para um mundo onde o emprego e o salário são partes de um passado da humanidade e que somente alcançará o sucesso quem for “empresário de si”:

Não temos notícias de escolas que qualificassem seus alunos para gerir os seus conhecimentos, habilidades e competências como se fosse *um negócio próprio*. O olhar sempre se orientava para as vagas disponíveis no mercado. Quando os tempos econômicos eram propícios, *a demanda resolvia o problema*. [...] Ocorre que o *mundo mudou*. O emprego e o salário *acabaram*. A nova economia *não precisa mais de assalariados nem de patrões*. Precisa de empresários que saibam como tornar produtiva sua capacidade de fazer acontecer, decidindo e

população a fatores individuais, desmantelamento ou refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, estímulo estatal as ações dos setores do empresariado e do terceiro setor sem fins lucrativos no combate a questão social, sendo que pautado por princípios inseridos na lógica burguesa. Ver: NEVES, 2005.

agindo continuamente, exercendo sua liberdade com responsabilidade. É agindo como empresários de si que os jovens alcançarão o sucesso. Isso significa que as oportunidades de trabalho estarão cada vez mais reservadas para aqueles que não tenham sido preparados para obedecer ordens, mas para conquistar e satisfazer clientes. (ODEBRECHET, 2006: 2, grifos nossos).

Somente aquele que tiver o espírito empreendedor, defende Emílio Odebrecht, somada às competências de saber trabalhar em equipe, visualizar o futuro, comunicar, educar-se constantemente, criar e inovar, terá espaço no mercado de trabalho, pois cada vez mais avançam as relações de trabalho assentadas em novas formas de remuneração, na prestação de serviços e na oferta de oportunidades para os mais competentes. Por isso, acaba seu artigo pedindo medidas urgentes nas propostas pedagógicas vigentes na escola brasileira, do ensino médio ao ensino superior, passando também pelo ensino técnico, propondo uma escola viva e voltada para comungar os interesses dos jovens e das empresas:

[...]Agindo assim, a escola atuará como agente de emancipação pessoal, estimuladora da autonomia produtiva e vetor de uma nova consciência que refuta o tradicional conceito de emprego, altera o padrão de dependência do trabalhador perante o mercado e transcende as visões estreitas que preferem realimentar a dicotomia entre o capital e o trabalho. (ODEBRECHET, 2006: 2, grifos nossos)

Dessa forma, através da busca da tentativa de difundir no tecido social uma nova ação pedagógica na educação, voltada para as novas exigências do mercado de trabalho, temos o novo consubstanciado o velho, no sentido de que essa nova postura serve para reforçar a inserção da educação nos interesses de classe empresarial, através de uma lógica da formação escolar delineados pelo capital, ao mesmo tempo em que sedimenta as bases da nova sociabilidade. Seria a busca da formação de um indivíduo não apenas com as competências exigidas pelo mercado, mas também com o coração e mente sob a ótica do capital.

EDUCAÇÃO E PROBLEMAS SOCIAIS

O trabalho empírico com artigos dos representantes do setor industrial onde reside uma relação entre a educação escolar e os problemas sociais do país, indicam que a educação continua a ocupar o mesmo papel presente nos artigos dos empresários industriais publicados no período do primeiro governo FHC: instrumento essencial para a resolução do problema social do país. Entretanto, comparando com os resultados obtidos na nossa pesquisa realizada no mestrado (SOUZA, 2002), há na pesquisa desenvolvida até o momento, fortes indícios que apontam para duas importantes modificações, com respeito à inserção da relação da educação com os problemas sociais: a) essa relação passa a ocupar um lugar de destaque nas propostas educacionais do setor industrial, chegando a ameaçar a primazia que o tema educação e o

crescimento econômico tradicional, no discurso desse setor do empresariado; b) essa relação passa a ser estruturado sob os marcos da nova sociabilidade pregada pelo capital. Constatamos esse fato, a partir da comparação de três aspectos identificados na nossa pesquisa, com os dados e análises da nossa pesquisa realizada no mestrado.

O primeiro aspecto refere-se ao aumento considerável do número de artigos onde a educação aparece relacionada à questão dos problemas sociais, passando dos 4 artigos detectados na primeira pesquisa para os 40 da pesquisa atual, enquanto aqueles onde encontramos a relação entre educação e crescimento econômico passou de 17 artigos para 43 artigos. Essa quase paridade é fruto de um aumento na ordem de 533% de textos dedicados a questão da educação e os problemas sociais, passando dos 4 textos publicados na época do primeiro governo FHC, para 22 no segundo governo tucano e 19 no primeiro governo Lula, enquanto os artigos versando sobre a relação educação e o crescimento econômico manteve um crescimento quase linear, com 17 artigos no período do primeiro governo FHC, 17 no segundo governo FHC e 25 no primeiro governo Lula. Além disso, os dados da pesquisa atual, indicam que dos 100 artigos onde a temática central é o crescimento econômico, como já foi citado, em 43 deles a educação aparece relacionada a essa questão, enquanto no caso dos 40 artigos onde aparece a questão dos problemas sociais, em todos esses a educação se faz presente. Em suma, a inserção da educação como fator imprescindível para a construção de uma nova sociabilidade, passa a ter um papel tão relevante na estruturação do discurso educacional do setor industrial, que chega a ameaçar o predomínio da lógica do crescimento econômico na subsunção da educação escolar no discurso do empresariado industrial.

O segundo aspecto, reside no aumento da diversificação de representantes do setor industrial que passam a dedicar artigos onde a educação parece relacionada a resolução dos problemas sociais brasileiros. Enquanto no período do primeiro governo FHC, Oded Grajew foi responsável pela quase totalidade desses artigos, produzindo 3 dos 4 textos inseridos nessa temática, no período coberto pela atual pesquisa, apesar desse empresário ainda deter uma participação essencial nesse processo de convencimento, escrevendo 18 dos 40 artigos selecionados, teve a companhia de um seleto grupo de representantes do setor industrial, nesta empreitada, como Viviane Senna, Jorge Gerdau Johannpeter, Mário Amato, Luiz Gonzaga Bertelli, Emerson Kapaz, Horácio Lafer Piva, Paulo Skaf. Em suma, uma mudança que atesta o quanto a questão de uma nova sociabilidade se expande entre os principais representantes dessa fração da burguesia brasileira.

Já o terceiro e fundamental aspecto, reside no próprio conteúdo desses artigos. A pesquisa vem indicando o fortalecimento de uma proposta de atuação sobre os problemas

sociais, por meio da educação, centrado na ação conjunta do terceiro setor, do Estado e do empresariado. Por sinal, esse discurso é extremamente orgânico, uma vez que busca o convencimento sobre essa proposta, não apenas entre membros da sociedade civil e do aparelho do Estado, mas também entre o próprio empresariado. Para se ter uma idéia desse processo, nos 40 artigos sobre os problemas sociais, em 24 deles a participação do empresariado é destacada como um fator primordial para se efetivar ações concretas para a solução da questão social no país, por meio de parcerias com o poder público ou da responsabilidade social, da cidadania empresarial ou do voluntariado.

Nesse processo, Viviane Senna se destaca como uma das principais intelectuais orgânicas do setor industrial, defendendo a idéia do crescimento econômico com responsabilidade social, afirmando que não se pode mais pensar em desenvolvimento econômico apartado do desenvolvimento social. Com esse discurso, Viviane Senna busca legitimar uma “nova ética” no tratamento da questão social, apontando que, apesar da importância da participação de toda sociedade, o papel central na luta pela melhoria das condições sociais do povo brasileiro cabe, essencialmente, a co-responsabilidade de três segmentos da vida pública nacional: “[...] o primeiro setor, público com fins públicos que é o governo; o segundo setor, privado com fins privados, que é o universo empresarial; e o terceiro setor, privado com fins públicos, construído por organizações sem fins lucrativos”(SENNA, 2000:2). Esses três segmentos têm um papel vital na implementação de ações socioeducativas para equalizar a questão social, tendo como elemento central a: “[...] preparação para a cidadania e para o mundo do trabalho”(SENNA, 2000:2). Noutro artigo, afirmando que o Brasil está longe de um mínimo de equilíbrio entre transformação produtiva e equidade social, Viviane Senna deixa mais claro a relação entre esse três segmentos:

[...]Cumpre ao Estado não abrir mão de seus fins universais e se empenhar na construção de políticas públicas efetivamente redistributivas e autopromotoras. Ao mundo empresarial, cabe identificar aspectos relevantes do desenvolvimento social brasileiro e atuar de forma complementar ao poder público, no sentido do aumento e da melhoria das ações no foco eleito.

Por fim, às organizações do terceiro setor cabe, com sua sensibilidade, espírito de luta e criatividade pessoal, institucional e comunitária, contribuir para a expansão dos limites do possível, através da produção de idéias e iniciativas que se mostrem capazes de promover a alteração das ações do governo e das empresas, no que diz respeito ao bem comum.

Essa nova ótica e essa nova ética precisam ser instaladas na consciência social do nosso tempo.[...] (SENNA, 2006:2, grifos nossos)

Assim, cabe ao terceiro setor, como no caso do Instituto Ayrton Senna, um papel determinante na relação descrita acima, uma vez que vai *contribuir através de idéias e iniciativas que se mostrem capazes de promover a alteração das ações do governo e das*

empresas, ou seja, um papel influente na direção moral e intelectual das ações feitas pelo governo. Uma direção, que na prática procura ampliar os espaços para ação direta do setor empresarial na condução de políticas públicas e de outras propostas do setor industrial no aparelho de Estado. Além de reforçar, no tecido social, a lógica que preside a nova sociabilidade defendida pelos representantes do capital, assentada na substituição de políticas públicas universais por ações pontuais, com ampla participação do empresário e de outros agentes sociais que comungam desse mesmo princípio.

Contudo, apesar da ênfase social, essa proposta de atuação sobre os problemas sociais, não pode ser apartada da visão economicista, do modelo de crescimento econômico e da sociabilidade presente no projeto dessa fração do empresariado brasileiro. No artigo de Jorge Gerdau Johannpeter(2006a), onde esse industrial apresenta os objetivos do movimento Compromisso de Todos pela Educação, por exemplo, há a tentativa de convencimento sobre a conjugação Estado, iniciativa privada e terceiro setor no combate a questão social, deixando claro que a relação entre a eficácia de uma ação social calcada na educação traz dividendos produtivos para as empresas:

APROXIMADAMENTE seis anos. Esse é o tempo médio de escolaridade dos brasileiros, o que demonstra a grande fragilidade do país na construção de um futuro com *menores desigualdades sociais*. Por isso, *muitas empresas chegam a investir, por ano, até cem horas na capacitação de seus funcionários, o que significa mais de duas semanas inteiras*. O retorno é concreto: *pessoas com desempenho superior são mais produtivas, mais felizes e inovam em processos e produtos, o que se traduz em melhores resultados para as empresas*. (JOHANNPETER, 2006a:2, grifos nossos)

Realçando esse aspecto, nesse mesmo artigo, Gerdau aponta que a elite brasileira também tem a sua dose de culpa pela situação social do país, “por não se indignar” diante de tal fato e conclama seus pares a participar de forma efetiva no avanço social do país, através do campo educacional:

Mas, quando se trata de analisar a atuação cidadã da elite empresarial, política, acadêmica e sindical, os resultados ainda não são satisfatórios. *Falta indignação por parte da elite*. Ela tem a *obrigação de construir um país melhor* e mais organizado institucionalmente, com menos corrupção e *mais capital social, possibilitando a construção da igualdade de oportunidades por meio da educação*. Para isso, é preciso formar um *forte capital social e reforçar a capacidade competitiva e inovadora do país*. O capital social ajuda a *manter a coesão social*, o que resulta em uma sociedade mais aberta e democrática
[...] O país não cresce significativamente, entre outros fatores, *porque não tem uma população com educação de qualidade*. [...] Afinal, o futuro do Brasil *está na produtividade de toda a sociedade - não basta que apenas as empresas sejam produtivas*. (JOHANNPETER, 2006a:2, grifos nossos)

Como se pode observar, Gerdau atrela o desenvolvimento econômico e a solução das desigualdades sociais a uma educação onde a perspectiva da competitividade e da inovação

caminha junto a *construção da igualdade de oportunidades por meio da educação*. Em resumo, reforça o processo de convencimento a respeito de uma nova sociabilidade, sob a lógica das relações capitalistas, como único vetor para se obter a coesão social e o caminho para o indivíduo fruir os benefícios do crescimento econômico.

Noutro artigo, partindo do princípio de que o Estado não tem mais condições de arcar sozinho com a resolução do problema social que afeta milhões de brasileiros, em virtude da ineficiência da gestão pública e da falta de recursos, Gerdau volta a reafirmar a questão da participação do empresariado na resolução dos problemas sociais, através da responsabilidade social das empresas. Nesse texto, pontuando o voluntariado como um dos fatores a serem incentivados na sociedade, esse industrial utiliza uma estratégia de convencimento onde encontramos a construção de uma sociabilidade assentada nos valores sociais que o discurso empresarial tenda difundir como base para as relações sociais:

[...] a atividade *voluntária* do setor privado significa enorme ganho para a *sociedade* devido à *transferência de suas práticas de gestão, determinantes para o sucesso de qualquer empreendimento*. O voluntariado permite obter melhor eficiência econômica e aprimorar o comportamento humano. Faz com que as instituições sociais se tornem capazes de administrar melhor suas atividades e de mobilizar a comunidade para as suas causas com mais eficiência. (JOHANNPETER, 2006b:2, grifos nossos)

Outra importante referência na construção desse discurso do setor empresarial, são os artigos de Oded Grajew. Escrevendo 18 dos 40 artigos dos representantes do setor industrial onde temos a temática dos problemas sociais, esse intelectual orgânico foi um dos principais responsáveis pela difusão das propostas calcadas na responsabilidade social, na cidadania empresarial e na ação conjunta do setor privado com o Estado. Contudo, mesmo detendo essa importância, as reflexões até aqui demonstradas foram estabelecidas sem expor o teor e os argumentos contidos em seus textos. Essa opção metodológica, foi definida em virtude de que as suas ponderações e reflexões poderiam ser interpretadas, como as teses de um grupo de industriais que não reflete a posição de setores influentes desse setor do empresariado, em função da sua ligação com o PT, da participação que teve no governo Lula e do seu envolvimento em alguns movimentos sociais, chegando a ser um dos idealizadores do Fórum Social Mundial. Mas, pelo que foi mostrado sobre o pensamento difundido por outros intelectuais orgânicos do setor industrial, há uma similaridade em seu discurso, apesar de algumas divergências, com o conjunto de análises e propostas presentes nos artigos dos representantes do setor industrial, com relação ao embate frente a questão social e a subsunção da educação nesse processo.

CONCLUSÃO

Como a nossa pesquisa vem iniciando, os artigos dos representantes do setor industrial não podem ser vistos como textos de proeminentes homens de negócios desprovidos de interesses de classe e de fração de classe. Acima disso, representam uma ação consciente e concreta de sujeitos políticos coletivos atuando na busca da construção de um consenso favorável à defesa de uma proposta educacional mais afeita a concepção de mundo que defendem. Em outras palavras, buscam atuar como classe dirigente, procurando dar a direção moral e intelectual que deve reger o processo da educação escolar no país.

BIBLIOGRAFIA

JOHANNPETER, Jorge, Gerdau.(a) Educação versus indignação. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 jun. 2006, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

_____. (b) Solidariedade e democracia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 dez. 2006, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

_____. (b) . **Cadernos do Cárcere, Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley e SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A Sociedade Civil Como Espaço Estratégico de Difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia. (In) NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005, p.19-39, p.85-125.

ODEBRECHT, Emílio. A era do empreendedorismo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 ago. 2005, Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2

_____. Educação e trabalho. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 mar. 2006, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

SENNÁ, Viviane. Indignação positiva. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 mar. 2000, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

_____. Desenvolvimento humano. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 ago. 2002, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.2

SOUZA, Mário Luiz. **“Imprensa e Hegemonia: como a Folha de São de Paulo trabalhou a reforma educacional do primeiro governo FHC”**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 2002; orientada pela Prof. Dr. Lúcia Maria W. Neves.